

VIOLÊNCIA E AUTORITARISMO DOS AGENTES POLICIAIS DA GUINÉ-BISSAU NAS MANIFESTAÇÕES DOS MOVIMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE.

¹Umaro Seidi e

²James Ferreira Moura Júnior.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as relações que se dão entre a violência e o autoritarismo dos agentes policiais na Guiné-Bissau nas manifestações dos movimentos das organizações da sociedade civil. Sendo ele de natureza qualitativa a forma pela qual ela está sendo feito é através das entrevistas semiestruturadas com os membros dos movimentos sociais que em alguns casos foram impedidos de realizarem suas manifestações pelos agentes da polícia e que sofreram agressões e espancamentos por parte desses agentes. Segundo a liga guineense dos direitos humanos (LGDH) desde a declaração da independência do país, em 1973, o Estado guineense não conseguiu transformar as suas forças de segurança e de guerrilha que lutaram e derrotaram os colonos portugueses numa corporação militar e de segurança democrática capaz de proteger o povo, o Estado, as instituições públicas e os direitos humanos em geral. A própria atuação das forças de ordem pública é caracterizada pela utilização brutal da força, prática reforçada na tortura e nas prisões arbitrárias. A liga guineense dos direitos humanos relata que a situação das forças de ordem pública é caracterizada pela utilização brutal da força, prática reforçada na tortura e nas prisões arbitrárias. Identifica-se que seus membros efetivos são mal distribuídos, como também carecem de instituições de formação, de modo que manifestam o baixo nível acadêmico no seio deste além do mais, mesmo com a aprovação das leis N.º 08/2010 e N.º 09/2010 por parte da Assembleia Nacional (ANP) -- que prevê que a Guarda Nacional tenha como atribuições garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito Popular -- as forças de segurança pública sentem-se ainda legitimadas em violar os direitos humanos, o que é acompanhado nomeadamente com as detenções arbitrárias, uso desproporcional da força, práticas de torturas e outros tratamentos cruéis e degradantes.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Violência policial. Autoritarismo. Movimentos da sociedade civil.

Simpósio temático: História, literatura e movimentos sociais negros contemporâneos: problemas (d) e métodos Proponentes.

¹ Estudante, Bacharelado em ciências humanas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), umaroseidi21@gmail.com, Redenção, Ceará, Brasil.

² Doutor, Professor na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), james.mourajr@unilab.edu.br, Redenção, Ceará, Brasil.